



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1383346 - SP (2018/0272937-3)**

**RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA**  
**ADVOGADOS : EDUARDO JANZON AVALONE NOGUEIRA - SP123199**  
**GUSTAVO AMATO PISSINI - SP261030**  
**THAIS LENTZ DA SILVA - SP257161**  
**RAFAEL SGANZERLA DURAND - SP211648**  
**OSCAR TAKETO FUJISHIMA - SP284953**  
**FERNANDO FERREIRA DA SILVA PARRO - SP253872**  
**KATY EMMERY MORAIS MATOS - SP334597**  
**ANA CRISTINA DOS SANTOS SANTANA - SP375560**  
**ULISSES FUNAKAWA DE SOUZA - SP298918**  
**AGRAVADO : GABRIEL ROZA - ESPÓLIO**  
**REPR. POR : MARCIA GABRIELA ROZA MENDES**  
**ADVOGADOS : THIAGO LAZARIN MACHADO - SP301906**  
**BRUNO CESAR CRAVEIRO FERREIRA - SP312328**

### EMENTA

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DECISÃO QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO ESPECIAL COM BASE NO ART. 1.030, I, ALÍNEA "B", DO CPC/2015. INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO DO ART. 1.042, CAPUT, DO CPC/2015. ERRO GROSSEIRO. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

### DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por BANCO DO BRASIL SA, em face da decisão que negou seguimento a recurso especial nos termos do art. 1.030, inciso I, alínea "b", do CPC/2015 (e-STJ fls. 381-383).

Os autos foram remetidos a esta Corte após a determinação de suspensão e a intimação das partes na origem, notadamente tendo em vista a reconsideração da

decisão do i. Ministro Gilmar Mendes, que determinara "a suspensão de todos os processos individuais ou coletivos, seja na fase de conhecimento ou execução, que versem sobre a questão, pelo prazo de 24 meses a contar de 5.2.2018, data em que homologado o acordo e iniciado o prazo para a adesão dos interessados" (DJe de 12/04/2019).

Intimada, a parte agravada peticionou afirmando a inexistência de interesse no acordo coletivo (e-STJ fls. 507-508), havendo assim a remessa dos autos a esta Corte para a apreciação do agravo em recurso especial (e-STJ fls. 503-504).

Em face da referida manifestação da parte e com base na nova deliberação da Segunda Seção deste Superior Tribunal de Justiça, ocorrida em 24 de abril de 2019, acerca da continuidade dos feitos que envolvam expurgos inflacionários em caderneta de poupança, em fase de execução de sentença, quando o litigante manifesta seu desinteresse no acordo homologado pelo Supremo Tribunal Federal, torno sem efeito a decisão de devolução dos autos à origem (e-STJ Fls. 445-447) e passo ao exame do recurso.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

O presente recurso não merece ser conhecido.

Inicialmente, verifica-se que o Tribunal a quo negou seguimento ao recurso especial, nos termos do art. 1.030, inciso I, alínea "b", do CPC/2015, em razão da aplicação do entendimento firmado no Recursos Especiais Representativos de Controvérsia, quais sejam, REsp N° 1.361.800/SP, REsp N° 1.370.899/SP, REsp N° 1.391.198/RS e REsp N° 1.392.245/DF.

Observa-se, ainda, que a decisão de admissibilidade do recurso especial foi

publicada em 21/07/2017, quando já se encontrava em vigor o Código de Processo Civil de 2015, o qual prevê, em seu artigo 1.030, § 2º, que, uma vez negado seguimento ao recurso especial na instância de origem ante a conformidade do entendimento exarado pelo acórdão recorrido com aquele firmado em julgamento repetitivo por esta Corte Superior, a irresignação da parte deve se dar por meio de agravo interno, previsto no art. 1.021 do CPC/2015.

Contudo, percebe-se que, em face da decisão que inadmitiu o recurso especial com base no art. 1.030, inciso I, alínea "b", do CPC/2015, foi interposto agravo em recurso especial.

Nessa esteira, destaca-se que a Terceira Turma deste Superior Tribunal, no julgamento do ARESp 959.991/RS, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, em 16/08/2016, assentou que, quando a Corte de origem inadmitir o recurso especial com base em recurso repetitivo, a interposição de agravo em recurso especial constituirá erro grosseiro.

Insta reproduzir a ementa do referido precedente:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO CONTRA DECISÃO PUBLICADA NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. 1. IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA (CPC/2015, ART 932, III). NECESSIDADE. 2. PARTE DO RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDA NA ORIGEM PORQUE AS MATÉRIAS FORAM JULGADAS SEGUNDO O RITO DO ART. 543-C DO CPC: TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS CONTRATADOS. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. NÃO CABIMENTO DO AGRAVO NESSES PONTOS (CPC/2015, ART. 1.042). 3. PREVISÃO LEGAL EXPRESSA. ERRO GROSSEIRO. CARACTERIZAÇÃO. 4. RECURSO CONHECIDO APENAS QUANTO À ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. MÉRITO. AFASTAMENTO. 5. AGRAVO PARCIALMENTE*

*CONHECIDO PARA, NESSA EXTENSÃO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 85, §§ 8º E 11, DO CPC/2015.*

*1. Com o advento do Código de Processo Civil de 2015 passou a existir expressa previsão legal no sentido do não cabimento de agravo contra decisão que não admite recurso especial quando a matéria nele veiculada já houver sido decidida pela Corte de origem em conformidade com recurso repetitivo (art. 1.042, caput). Tal disposição legal aplica-se aos agravos apresentados contra decisão publicada após a entrada em vigor do Novo CPC, em conformidade com o princípio tempus regit actum.*

*2. A interposição do agravo previsto no art. 1.042, caput, do CPC/2015 quando a Corte de origem o inadmitir com base em recurso repetitivo constitui erro grosseiro, não sendo mais devida a determinação de outora de retorno dos autos ao Tribunal a quo para que o aprecie como agravo interno.*

*3. [...]*

*4. Agravo parcialmente conhecido para, nessa extensão, negar provimento ao recurso especial, com majoração dos honorários advocatícios, na forma do art. 85, §§ 8º e 11, do CPC/2015. (grifo nosso).*

Na hipótese, portanto, como a decisão agravada foi publicada já na vigência do atual Código de Processo Civil, resta inviabilizada a aplicação do princípio da fungibilidade, uma vez que não há dúvidas objetivas acerca do recurso cabível.

A propósito:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 1.042 DO CPC/2015. DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE. NEGATIVA. RECURSO REPETITIVO. RECURSO CABÍVEL. AGRAVO INTERNO. ORIGEM. ART. 1.030, § 2º, DO CPC/2015. ERRO GROSSEIRO.*

*1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).*

*2. Consoante o disposto no art. 1.030, § 2º, do CPC/2015, a decisão do presidente ou vice-presidente do tribunal recorrido que nega seguimento a recurso especial com base em entendimento firmado em recurso repetitivo deve ser impugnada por meio de agravo interno.*

*3. A jurisprudência desta Corte Superior se consolidou no sentido de que, sob a égide do CPC/2015, a interposição de agravo em recurso especial com tal finalidade constitui erro grosseiro, inviabilizando a aplicação do princípio da fungibilidade. Precedentes.*

*4. Agravo interno não provido.*

*(AgInt no AREsp 1239956/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 26/06/2018) - g.n.*

Destarte, mostra-se cristalino que o presente recurso não merece conhecimento, por ser inadmissível a interposição de agravo em recurso especial obstado com base em recursos repetitivos.

Inviável, pois, a pretensão da parte agravante.

**Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial.**

Intimem-se.

Brasília, 30 de março de 2020.

**Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO**

Relator